





**Universidade Federal da Paraíba  
Prefeitura Universitária  
Comissão Permanente de Licitação**



UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 083/2017

JOÃO PESSOA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

DE: AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA  
PREGOEIRO/COORDENADOR DA CPL-PU  
PARA: PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO  
PREFEITO UNIVERSITÁRIO/AUTORIDADE COMPETENTE



Assunto: Processo Administrativo nº 23074.037114/2017-01  
Pregão Eletrônico UFPB/CPL-PU/Nº 021/2017  
Recurso Administrativo DPU, de 08/11/2017.

Senhor Prefeito Universitário,

Encaminhamos o presente memorando com as nossas considerações na condição de Pregoeiro Oficial do certame em epígrafe, com respeito ao Processo Administrativo identificado em preâmbulo, com trâmite no âmbito administrativo, **fora do meio eletrônico** do Certame (Comprasnet), para suas providências, na condição de Autoridade Competente:

#### **I – DO RELATÓRIO**

1. A UFPB, no âmbito do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.037114/2017-01 tornou público o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº 021/2017**, tendo por objeto “a outorga a título precário de **CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**, onerosa, visando à instalação de **LANCHONETES, REPROGRAFIAS e PAPELARIAS/LIVRARIAS**, nas condições apresentadas nos Termos de Referência, nas dependências do Campus I da UFPB, com áreas de ocupação conforme descritas na tabela abaixo, devidamente descritos, caracterizados e especificados em Edital e todos os seus anexos”.

2. O Instrumento Convocatório foi publicado no Diário Oficial da União nº 134, página 71, em 14/07/2017 e, após alguns adiamentos, operado em **18 de Setembro de 2017**, cuja sessão pública teve início às 09h30min.



3. O certame ainda não foi concluído, em razão de impedimento motivado pela DPU, conforme teor de ofício nº Ofício nº 93-3.2017 – DPU/PB, ("suspensão de eventual prazo para recurso"), de 17 de outubro de 2017 (fls. 260V dos autos), reproduzido a seguir:



Sendo assim, com o objetivo de prestar adequada assistência jurídica ao assistido, solicito a cópia integral e atualizada do Processo Administrativo nº. 23074.037114/2017-01 (Pregão Eletrônico n. 021/2017), e seus respectivos anexos, tendo em vista que a última cópia enviada à DPU veio incompleta, na oportunidade ressalvo o prazo em dobro para a DPU e a suspensão de eventual prazo para recurso (art. 44, inciso I, da Lei Complementar 80/94, com redação dada pela LC nº 132/2009).

4. Aberta a sessão pública foram divulgadas as propostas recebidas e, antes do desencadeamento da fase de lances, houve a recusa das propostas de alguns Licitantes, sob alegações diversas.
5. Dentre os licitantes cujas propostas foram recusadas, encontra-se JAQUELINE BENTO DA SILVA 04363040408, pessoa jurídica possuidora do CNPJ nº 19.326.801/0001-70, cuja desclassificação ocorreu sob a alegação de que a descrição do objeto estava incompatível com o objeto licitado, ocasionando descumprimento do item 6.3 do Edital.
6. Tal procedimento inadequado se repetiu para os lotes 9, 11, 12 e 14, nos quais a descrição apresentada foi exatamente a mesma, sem que fosse possível identificar com clareza, para qual objeto a Recorrente estaria oferecendo proposta.
7. Inconformada com o acontecido, a Licitante recorreu à Defensoria Pública Federal, 1º Ofício, sediada em João Pessoa, PB, doravante DPU, na busca por auxílio jurídico para o caso.
8. Em sede de Recurso, a DPU apresentou as seguintes Razões:
- 8.1. Que ao inserir proposta em meio eletrônico, a requerente descreveu como objeto: "oferecer serviços de fotocópia, encadernação, impressão, etc, com agilidade, qualidade e preço justo para a comunidade acadêmica e externa", ao passo que deveria ter posto "Cessão de uso de espaço público, onerosa, visando à instalação de LANCHONETES, REPROGRAFIAS E PAPELARIAS/LIVRARIAS";





8.2. Que o erro da Recorrente foi ocasionado pelo uso de nomenclatura distinta, entre aquela utilizada para inserir o objeto: "descrição detalhada do objeto ofertado" e aquela utilizada no edital, cuja nomenclatura seria: "descrição do item", vocabulário esse que influenciou no erro em questão;

PROCESSO CADASTRADO  
NO SAPIENS

8.3. Que conforme preceitua o art. 109, I, a, da Lei n. 8.666/1993, em caso de inabilitação do licitante, o prazo recursal é de (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata e que o processo administrativo recebido por e-mail é datado em 23/10/2017. Assim, o prazo recursal (em dobro) seria de 10 dias úteis, começando a correr em 24/10/2017 e esgotar-se-ia em 08/11/2017, sendo certo que os dias 01/11/2017 e 02/11/2017 foram feriados para a DPU, conforme o art. 62, inciso IV, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966;

Protocolo da CPL  
Fis. 02

8.4. Que não há incompatibilidade entre [a proposta para] o objeto ofertado pela empresa, que se destina a serviços de fotocópia, encadernação, plastificação e impressão, e o objeto da licitação, *in casu*, a instalação de lanchonetes, reprografias e papelaria/livraria, posto que o objeto da licitação se trate de REPROGRAFIAS, PAPELARIAS E LIVRARIAS.

9. Por fim, apresenta excertos legais para reforçar seus argumentos, com base em decisões judiciais relativas ao envio de documentos e pagamentos de taxas.

10. Conclui que a CPL-PU agiu de forma desarrazoada, desproporcional e desmotivadamente.

11. E requer: o recebimento e processamento do presente recurso administrativo, com a consequente reconsideração da desclassificação da empresa requerente, de modo que possa participar das demais fases do Pregão Eletrônico n. 21/2017.

## II – DA ADMISSIBILIDADE:

12. Trata-se o presente Certame de Pregão em sua forma eletrônica, cuja regência está na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002, cujo Art. 4º, XVIII a XXIII mencionam o seguinte (grifamos):

XVIII - **declarado o vencedor**, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente **a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido **o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar con-







tra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;  
XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XXI - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

XXII - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e

XXIII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI.

13. Vale dizer: No pregão, seja ele eletrônico ou presencial, para que a licitante informada com o resultado do certame possa recorrer, ela deve **manifestar que tem o interesse de contestar a decisão de julgamento do pregoeiro**, informando os motivos pelos quais discorda do resultado proferido, de forma expressa, imediatamente após o procedimento de habilitação.

14. O Decreto regulamentar do Pregão Eletrônico, 5.450, de 31 de maio de 2005, estabelece que a partir do momento da declaração do vencedor do certame, poderá qualquer licitante manifestar a sua intenção em recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de **três dias** para a apresentação das razões de recurso. Vejamos:

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



15. Note-se que não basta a simples manifestação da intenção em recorrer, havendo a necessidade de que tal registro seja feito de forma imediata e motivada, é o que se extrai da interpretação literal do Art. 26 do Decreto 5.450/2005, supra.

16. Tanto a Lei nº 10.520/02 quanto o Decreto nº 5.450/05 não definem prazo para a manifestação da intenção em recorrer, limitando-se a dizer que tal manifestação deve ser feita e de forma imediata.

17. Outro requisito previsto na norma em análise, é que a manifestação em interpor o recurso seja motivada. Tal motivação consiste na indicação pelo licitante do ponto que merece ser revisto segundo sua concepção. Frise-se que não se trata de expor as razões de recurso, visto que para isso a lei lhe concede um prazo de 3 dias, mas sim apontar a ilegalidade que considera estar sendo cometida.

18. Ao pregoeiro incumbirá proceder ao juízo de admissibilidade do recurso, verificando a presença dos pressupostos recursais. Nesta seara é oportuna a jurisprudência do TCU, conforme a seguir:

10.4. Isto posto, tem-se, portanto, que o juízo de admissibilidade da intenção de recorrer, na modalidade pregão – tanto eletrônico como presencial –, levado a efeito pelo Pregoeiro, deve se limitar à análise acerca da presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sendo vedado a este agente analisar, de antemão, o próprio mérito recursal, em que pese lhe ser lícito, e examinar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento. (TCU - Acórdão nº 339/2010 – Plenário).

19. É cediço, portanto, que caberá ao pregoeiro antes de dedicar-se à análise de mérito das razões apresentadas, decidir por conhecer ou não do recurso.

20. Impende antes de aprofundar nessa discussão, distinguir o significado dos termos “conhecer” e “prover”.





21. Em explicação simplória “conhecer” significa “...admitir o exame de matéria posta ao seu julgamento.” Só ocorre quando presentes todos os pressupostos de admissibilidade do recurso, somente se conhecido do recurso é que o mérito deve ser examinado.

22. Já “prover”, em explicação igualmente simplória, significa acolher as razões do recurso, reconhecer que assiste razão ao recorrente. Desta senda, incumbe ao pregoeiro proceder ao juízo de admissibilidade visando confirmar a presença dos pressupostos de admissibilidade.

23. Ainda há que se evidenciar a tempestividade, que é a manifestação da intenção em recorrer e o envio das razões recursais dentro do prazo previsto no edital. O prazo estipulado, por óbvio, deverá ser cumprido.

24. Obriga-se ainda o pregoeiro a verificar a legitimidade do signatário das razões recursais, nesta ocasião investigam-se os poderes do outorgado e outorgante em responder pela licitante.

25. Por fim, há de se verificar a presença do interesse em recorrer, está associado à ideia de sucumbência, que se traduz no binômio necessidade/utilidade, sendo necessário quando não houver outro meio de provocar a modificação do ato recorrido e útil quando o recurso tiver o condão de proporcionar situação mais vantajosa do que aquela que está sendo questionada.

26. Presentes tais requisitos, deverá o pregoeiro conhecer do recurso e passar à análise do mérito das razões, podendo resultar, a partir daí, em provimento ou não do recurso, lembrando que neste último caso deverá fazer subir ao crivo da autoridade superior que se encarregará de nova análise.

### III – DOS FATOS

27. O motivo da desclassificação do postulante encontra-se registrado em campo próprio do processo licitatório, nos seguintes termos: “Descrição Incompatível com o Objeto Licitado. Descumprimento ao item 6.3 do Edital”.

28. De fato, ao inserir sua(s) proposta(s) em meio eletrônico, a postulante anteriormente identificada assim descreveu como objeto, litteris: “oferecer serviços de fotocópia, encadernação, impressão, etc, com agilidade, qualidade e preço justo para a comunidade acadêmica e externa”.





29. Note-se que sequer faz referência clara ao item da licitação para o qual estaria oferecendo proposta, com o mínimo de informações que o caracterizasse de forma clara e objetiva.

30. E mais: usou a mesma descrição para todos os lotes dos quais participou, a saber: 9, 11, 12 e 14, impedindo a correta dedução de para qual objeto efetivamente estaria oferecendo proposta.

31. É de se acrescentar que há explícita incompatibilidade entre o(s) objeto(s) cuja proposta a empresa quis ofertar, dentro do grupo de serviços de **fotocópia, encadernação, plastificação e impressão**, e os demais objetos da licitação, quais sejam: a instalação de lanchonetes e papelaria/livraria, mesmo porque o CNAE de cada participante precisa ser condizente com cada atividade distinta.

32. Em outras palavras, o Pregão em espécie não possui uma única categoria de objeto, mas sim, 3 (três) categorias, impondo-se a definição clara de cada um dos objetos, do interesse de cada um dos participantes.

33. Prova disso é que ao lançarmos o edital no sítio de compras governamentais, tivemos o cuidado de inserir a descrição clara e objetiva de cada item, porém a Recorrente não se deu ao trabalho de verificar a correta redação a ser dada. Senão, vejamos a descrição lançada no Comprasnet para os lotes dos quais a Recorrente intencionou oferecer proposta:

**9. CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa**, visando à instalação de **SERVIÇOS DE REPROGRAFIA**, para comercialização de serviços de reprografia e gráficos em geral nas dependências do Campus I da UFPB (Unidade Sede), Centro de Ciências da Saúde – CCS, (Código: Área 9), medindo 25,62m<sup>2</sup>.

Observar com atenção a cláusula 5.3 do Edital.

**11. CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa**, visando à instalação de **SERVIÇOS DE REPROGRAFIA**, para comercialização de serviços de reprografia e gráficos em geral nas dependências do Campus I da UFPB (Unidade Sede), Centro de Tecnologia – CT, (Código: Área 11), medindo 8,59m<sup>2</sup>.

Observar com atenção a cláusula 5.3 do Edital.

**12. CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa**, visando à instalação de **SERVIÇOS DE REPROGRAFIA**, para comercialização de serviços de reprografia e



gráficos em geral nas dependências do Campus I da UFPB (Unidade Sede), Centro de Tecnologia – CT, (Código: Área 12), medindo 22,88m².

Observar com atenção a cláusula 5.3 do Edital.

**14. CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa**, visando à instalação de **SERVIÇOS DE REPROGRAFIA**, para comercialização de serviços de reprografia e gráficos em geral nas dependências do Campus I da UFPB (Unidade Sede), Centro de Educação – CE, (Código: Área 14), medindo 20,30m².

Observar com atenção a cláusula 5.3 do Edital.

34. A decisão de desclassificar a licitante tem como base a assertiva de que o êxito de uma licitação está **exatamente na capacidade da licitante em definir com clareza e precisão o objeto pretendido**.

35. É dizer: A contratação firme e certa entre a Administração Pública e o licitante, justifica-se uma vez atendidas pelo agente público, com responsabilidade e prudência, a precisa definição de um objeto que se pretende licitar no momento em que lhe é exigida sua atuação.

36. Os resultados de um processo licitatório inicialmente preocupado com a definição clara e precisa do objeto não serão inesperados à Administração, pois trarão a certeza da contratação de bens ou serviços devidamente conforme previsto e desejado, com satisfação em quantidade e qualidade.

37. Achamos oportuno mencionar que ainda não aconteceu no Pregão em tela, a Habilitação das empresas classificadas, cujas propostas foram aceitas, pelas razões que já expusemos no parágrafo 3 do presente memorando.

38. Dessa forma, não há como se concluir pela admissibilidade do recurso, estando ausentes, *in casu*, os princípios de publicidade e de isonomia, visto que ainda não se estabeleceu prazo para apresentação da intenção de recorrer, dentro do sistema comprasnet.

39. Há que se registrar, portanto, a atemporalidade na apresentação das razões em tela, dado que ainda chegou o momento para se registrar, sequer, a intenção de recurso.



#### IV – DA FUNDAMENTAÇÃO

40. A classificação final do certame implica na atitude do Pregoeiro concernente da declaração do vencedor definitivo do pregão. Vale dizer: No momento definido pelo pregoeiro, os licitantes são consultados acerca do interesse de recorrer, hipótese em que devem declará-lo e motivá-lo. A ausência do licitante ou o silêncio importa a decadência do direito de recurso.



41. O ato **de declaração do vencedor** pode ser objeto de recurso por parte de qualquer licitante. Deverá o interessado manifestar-se quanto à sua intenção de recorrer na própria sessão pública, tão logo o Pregoeiro faça a declaração, sob pena de preclusão.

42. Ao contrário do que ocorre nas modalidades da Lei nº 8.666/1993, tem-se no pregão a unirrecorribilidade dos atos decisórios exarados pelo Pregoeiro, havendo, portanto, apenas uma oportunidade de recuso, cuja matéria pode envolver qualquer fase, aspecto ou ocorrência do procedimento.

43. Acrescente-se que tal manifestação deverá ser motivada, mesmo que em linhas gerais, podendo o recorrente apresentar razões recursais escritas no prazo de três dias úteis. Os demais licitantes, no mesmo número de dias, podem apresentar contrarrazões, logo após o final do prazo do recorrente.

44. Os recursos contra decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo, devendo ser observadas as formalidades do §4º, art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

45. Caso a licitante não manifeste o interesse em recorrer na oportunidade da sessão, decairá o seu direito de recurso.

46. Além dos efeitos administrativos, deve-se atentar para o fato de que poderá ainda firmar-se a litigância de má-fé, se o Licitante, tendo a oportunidade de manifestar-se, resolve silenciar-se para depois ir ao Poder Judiciário, formular pleito que poderia igualmente manifestar sem ônus perante a Administração Pública, contribuindo para a sobrecarga do aparelho judicial do Estado. A norma é expressa: a manifestação deve ser imediatamente após a declaração do vencedor.







47. No tocante ao recurso propriamente dito (quando aceita a intenção recursal), apresentadas as razões recursais, o Pregoeiro poderá adotar as seguintes posturas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a manifestação das Razões e Contrarrazões (art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/1993), lembrando que os requisitos de admissibilidade recursal também serão objeto de nova verificação por parte da autoridade superior quando do efetivo julgamento do recurso:

47.1. **Conhecer do recurso** (juízo positivo de admissibilidade) e, **no mérito, acolhê-lo**, realizando um juízo de retratação e, desse modo, reconsiderando sua decisão e revendo seus próprios atos;

47.2. **Não conhecer do recurso** (juízo negativo de admissibilidade), em razão da ausência de algum requisito de admissibilidade recursal;

47.3. **Conhecer do recurso** (juízo positivo de admissibilidade) e **manter a sua decisão**, devendo prestar as devidas informações à autoridade competente para o efetivo julgamento do recurso.

48. Segundo Joel de Menezes Niebuhr, em Pregão Presencial e Eletrônico, Ed. Fórum, 6ª Ed., p. 219, Os licitantes devem declinar, já na própria sessão, os motivos dos respectivos recursos. Dessa sorte, aos licitantes é vedado manifestar a intenção de recorrer somente para garantir-lhes a disponibilidade de prazo, porquanto lhes é obrigatório apresentar os motivos dos futuros recursos. E, por dedução lógica, **os licitantes não podem, posteriormente, apresentar recursos com motivos estranhos aos declarados na sessão**. Se o fizerem, **os recursos não devem ser conhecidos**.

49. O TCU já se manifestou no sentido de que o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos em procedimentos de pregão pode ser realizado pelo pregoeiro. A finalidade da norma, ao autorizar o pregoeiro examinar previamente a admissibilidade do recurso, **é afastar do certame aquelas manifestações de licitantes de caráter meramente protelatório**, seja por ausência do interesse de agir, demonstrada pela falta da necessidade e da utilização da via recursal, seja por não atender aos requisitos extrínsecos, como o da **tempestividade**.

50. Se, por um lado, a administração deve estar atenta aos anseios daqueles que, por algum motivo, pugnam pelo seu direito, por outro, não pode perder de vista o interesse público, nem se pode deixar de considerar os interesses daqueles que tiveram sua proposta acolhida pela administração e pretendem ter o seu negócio concluído o mais rapidamente possível.

51. O exame preambular da peça recursal permite ao julgador do certame não conhecer do pedido quando o licitante não demonstra a existência de contrariedade à específica decisão da comissão julgadora.

#### IV – DO MÉRITO E DECISÃO

52. Do acolhimento do recurso: Diante dos fatos acima expostos quanto a temporalidade, **não conhecemos do Recurso** exarado pela empresa Recorrente, pela **ausência de manifestação de intenção de recorrer**, pela **ausência de recurso no âmbito do pregão eletrônico e pela sua apresentação antecipada**.

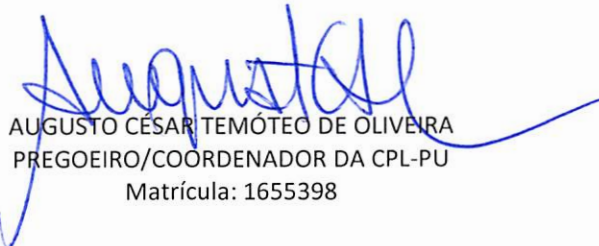
53. Da anulação do ato de desclassificação: **Não conhecemos do Recurso e indeferimos o pleito**, qual seja, o recebimento e processamento do presente recurso administrativo, com a consequente reconsideração da desclassificação da empresa requerente, de modo que possa participar das demais fases do Pregão Eletrônico n. 21/2017, uma vez que a recorrente não descreveu de forma precisa, o(s) objeto(s) dos quais desejava participar.

54. Do esclarecimento da CPL-PU para os atos praticados no Certame: O conteúdo do presente memorando atende o requisito.

Smj, é este o nosso relato, que submetemos à sua consideração.

Aproveitamos para renovar votos de elevada estima e respeito.

Atenciosamente,

  
AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA  
PREGOEIRO/COORDENADOR DA CPL-PU  
Matrícula: 1655398

*(Anexo: Cópia do Recurso recebido)*



**EM BRANCO**





DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB  
1º Ofício

**AO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO DA PREFEITURA DA UFPB**

**Referente ao Pregão Eletrônico nº21/2017.**  
**(Processo Administrativo nº 23074.037114/2017-01)**

**JAQUELINE BENTO DA SILVA 04363040408**, pessoa jurídica possuidora do CNPJ nº 19.326.801/0001-70, empresa individual, com sede na Rua Professora Wanda de Farias Coutinho, n. 219, sala A, CEP 58.058-000, Mangabeira, João Pessoa/PB, vem, perante Vossa Senhoria, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão de desclassificação no processo licitatório, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**I. SÍNTESE DOS FATOS**

A ora recorrente participou do **Pregão Eletrônico n. 21/2017**, visando à obtenção de título precário de cessão de espaço público oneroso, no campus I da Universidade Federal da Paraíba, no tocante a instalação de **LANCHONETES, REPROGRAFIAS e PAPELARIAS/LIVRARIA**.

Em sequência, durante a fase de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, a ora recorrente enviou tempestivamente as propostas de preços, através do site **COMPRASNET**.

EM BRANCO



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB  
1º Ofício

Ocorre que, para sua surpresa, houve a desclassificação da sua empresa referida fase, sob o argumento de haveria uma descrição incompatível com o objeto licitado, ocasionando descumprimento do item 6.3 do Edital<sup>1</sup>.

*In casu*, ao inserir proposta em meio eletrônico, a requerente descreveu como objeto: “oferecer serviços de fotocópia, encadernação, impressão, etc, com agilidade, qualidade e preço justo para a comunidade acadêmica e externa”, ao passo que deveria ter posto “Cessão de uso de espaço público, onerosa, visando à instalação de LANCHONETES, REPROGRAFIAS E PAPELARIAS/LIVRARIAS”.

É importante frisar que, no site do COMPRASNET, a nomenclatura utilizada para inserir o objeto era a seguinte: “descrição detalhada do objeto ofertado”. Por sua vez, no edital, a nomenclatura utilizada era: “descrição do item”. Vocabulário esse que influenciou no erro em questão.

Diante dessa situação, não restou alternativa senão apresentar este recurso administrativo, pois a decisão de desclassificação ofende diversos princípios jurídicos.

## II. DAS PRERROGATIVAS DA DPU E DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Nos termos do art. 44, incisos I e XI, da Lei Complementar n.º 80/1994, com as alterações trazidas pela Lei Complementar n.º 132/2009, são prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União:

a) o recebimento de intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, inclusive, com a remessa dos autos;

<sup>1</sup> 6.3 O pregoeiro verificara as propostas apresentadas desclassificando motivadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.



EM BRANCO



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB  
1º Ofício

b) a contagem em dobro de todos os prazos processuais;

c) representação da parte nos feitos **administrativos** e judiciais, independentemente de mandato, ressalvados, os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

Conforme preceitua o art. 109, I, a, da Lei n. 8.666/1993, em caso de inabilitação do licitante, o prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata. Logo, ante a dobra temporal, o assistido da DPU dispõe de 10 dias úteis para apresentação de recurso administrativo.

Na espécie, a DPU recebeu os autos completos do processo administrativo em e-mail recebido pelo 23/10/2017. Assim, o prazo de 10 dias úteis começou a correr em 24/10/2017 e esgotar-se-á em **08/11/2017**, sendo certo que os dias 01/11/2017 e 02/11/2017 foram feriados para a DPU, conforme o art. 62, inciso IV, da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966.<sup>2</sup>

### III. FUNDAMENTOS RECURSAIS

#### A) DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

Conforme exposto anteriormente, a recorrente fora desclassificada do pregão eletrônico n. 21/2017, sob o suposto fundamento de que seu objeto seria incompatível com o objeto da referida licitação, entretanto, tal argumento não merece prosperar pelas razões abaixo delineadas.

<sup>2</sup> Art. 62. Além dos fixados em lei, serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos Tribunais Superiores:

I - os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

II - os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa;

III - os dias de segunda e terça-feira de Carnaval;

IV - os dias 11 de agosto, 1º e 2 de novembro e 8 de dezembro.

**EM BRANCO**





DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB  
1º OFÍCIO

Primeiramente, faz-se necessário frisar que não há incompatibilidade entre o objeto ofertado pela empresa, que se destina a serviços de fotocópia, encadernação, plastificação e impressão, e o objeto da licitação, *in casu*, a instalação de lanchonetes, reprografias e papelaria/livraria.

Ora, a incompatibilidade do objeto deveria ocorrer se o objeto ofertado pela empresa fosse alheio ao objeto da licitação, a exemplo de um serviço de petshop. O que não é o caso em questão, posto que oferece serviços de reprografia, e o objeto da licitação se trata de REPROGRAFIAS, PAPELARIAS E LIVRARIAS.

A toda evidência, a decisão desclassificatória não teve razoabilidade.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que o princípio da razoabilidade deve nortear todo o procedimento licitatório, tendo em conta que é decorrente lógico da cláusula do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), bem como se encontra positivado na Lei nº 9.784/99, em seu art. 2º, sendo plenamente aplicável a presente demanda.

Ser razoável é uma exigência inerente aos atos da Administração Pública. Decisões imoderadas, desequilibradas, incoerentes ou desarrazoadas não são consideradas compatíveis com o interesse público, gerando a possibilidade de invalidação na via administrativa ou na via judicial.

Citada ausência de razoabilidade é observada também na decisão da Comissão Permanente de Licitação, segundo a qual a desclassificação teria ocorrido em razão da incapacidade da assistida em definir com clareza e precisão o objeto ofertado, tendo em vista que descreveu como objeto ofertado 'serviços de fotocópia, encadernação, impressão' ao invés de "Cessão de uso de espaço público, onerosa, visando à instalação de LANCHONETES, REPROGRAFIAS E PAPELARIAS/LIVRARIAS".

EM BRANCO



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB  
1º OFÍCIO

Contudo, referido equívoco poderia ter sido cometido por qualquer cidadão comum, pois, no site COMPRASNET, a nomenclatura utilizada para inserir o objeto era “descrição detalhada do objeto ofertado”, ao invés de “descrição do item”, nomenclatura utilizada no edital.

Se a UFPB tivesse avaliado com um pouco mais de cautela e coerência constataria que não há incompatibilidade entre os objetos; tampouco, razoabilidade na desclassificação da empresa assistida.

Frisa-se que a requerente sempre agiu de boa-fé; contudo, vem sendo extremamente prejudicada, haja vista que não pode oferecer uma proposta.

É importante destacar que o Tribunal Regional da 5ª Região possui entendimento pacífico de que não é razoável que o administrado arque com erros da própria Administração Pública, conforme os julgados abaixo.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. TRANSFERÊNCIA DE CURSO. PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA ESCOLAR VOLUNTÁRIA (PSTV). UFPB. EDITAL Nº 056/2010. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

I. O edital nº 056/2010 do Processo Seletivo de Transferência Voluntária da Universidade Federal de Campina Grande dispõe, no seu item 4.1.1, ser obrigatória a apresentação de declaração on line da instituição de ensino de origem no ato da inscrição.

II. **Demonstrado nos autos que a declaração foi enviada corretamente, porém, chegou ao destino determinado sem o seu conteúdo, por um problema no sistema de informática, o indeferimento da inscrição da impetrante, com a recusa em receber a referida declaração na forma impressa, importa em violação ao princípio da razoabilidade.** III. Remessa oficial improvida.<sup>3</sup>

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA - PSTV. AGENDAMENTO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO RELATIVA À TRANSFERÊNCIA DE UNIVERSIDADE DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL. EQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO POSTERIORMENTE RECONHECIDO. ATO ADMINISTRATIVO IMOTIVADO. 1. Remessa oficial em face de sentença que, confirmando decisão liminar nos autos de mandado de segurança impetrado por particular em desfavor da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande confirmou em definitivo a inscrição da impetrante e a realização de exame através de processo seletivo, na área de medicina veterinária para o dia 17.06.2012.

2. **Reconhecimento de equívoco por parte da autoridade impetrada quanto ao indeferimento de participação da autora, vez que esta havia agendado o pagamento da taxa de inscrição em tempo hábil previsto no Edital PRE nº 020/2012, o que**

<sup>3</sup> TRF-5, REO 00034367420104058201, Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, Quarta Turma, DJE - Data: 18/08/2011 - Página: 406  
PAJ 2017/034-01314

BPN



EM BRANCO



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB  
1º OFÍCIO

denota a prática de ato administrativo desprovido de motivação, passível, pois, de reparação na via judicial.

3. Sem sentido a revogação de liminar e reforma de concessão da segurança em razão de que o exame seletivo foi realizado no dia 17.06.2012, com a participação da impetrante. Situação fática consolidada.

4. Remessa oficial improvida.<sup>4</sup>

Isto posto, é incontestável que a decisão da Comissão de Licitação Permanente se utilizou de critério desarrazoado e sem proporcionalidade ao afirmar que haveria incompatibilidade com o objeto ofertado pela empresa assistida e o objeto do pregão eletrônico nº21/2017, motivo pelo qual vem, perante V.<sup>a</sup> Senhoria, requerer a sua reconsideração.

## B) DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA OBRIGATÓRIA MOTIVAÇÃO

O princípio da obrigatória motivação impõe à Administração Pública o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato, conforme art. 2º, parágrafo único, inc. VII, da Lei n. 9.784/99, sendo aplicável ao caso em apreço.

Desse modo, a validade do ato administrativo está condicionada a apresentação por escrito de fundamentos fáticos e de direito que justificam a decisão adotada.

Ocorre que a decisão que desclassificou a empresa assistida, apenas informou que houve uma incompatibilidade, não justificando a razão de tal fato, o que violou significativamente o princípio da obrigatória motivação.

Contudo, conforme já demonstrado, referida incompatibilidade sequer existe, uma vez que a recorrente destina serviços de fotocópia,

<sup>4</sup> TRF-5, REO 00014719020124058201, Desembargador Federal André Luis Maia Tobias Granja, Terceira Turma, DJE - Data: 11/12/2012 - Página: 285  
PAJ 2017/034-01314

EM BRANCO



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**UNIDADE EM JOÃO PESSOA/PB**  
**1º Ofício**

encadernação, impressão, entre outros, e o pregão eletrônico nº21/2017 possui como objetivo a cessão de uso de espaço público para instalação de LANCHONETES, REPROGRAFIAS E PAPELARIAS/LIVRARIAS.

Portanto, a decisão que desclassificou feriu o princípio da obrigatória motivação, razão pela qual requer a sua reforma, para que a recorrente seja classificada à próxima etapa do certame.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, vem, perante V<sup>a</sup>. Senhoria, requerer o recebimento e processamento do presente recurso administrativo, com a consequente reconsideração da desclassificação da empresa requerente, de modo que possa participar das demais fases do Pregão Eletrônico n. 21/2017.

Espera deferimento.

João Pessoa, 08 de novembro de 2017.

**Francisco Eduardo Falconi de Andrade**  
Defensor Público Federal titular do 6º Ofício,  
atuando em substituição no 1º Ofício



EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Prefeitura Universitária  
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO  
PROCESSO 23074.050816/2017-72

João Pessoa, 27 de novembro de 2017

Ao  
Dr. Carlos Octaviano de Medeiros Manguiera  
Procuradoria Federal / UFPB

Prezado Procurador,

Encaminho o presente processo para emissão de parecer no que se refere algumas dúvidas que surgiram:

- a) Se com a assistência jurídica da Defensoria Pública da União há a necessidade de atendimento da legislação concernente ao Pregão Eletrônico, especialmente nas manifestações de que trata a admissibilidade de recursos?
- b) Sendo possível a admissibilidade, bastará informar no certame e voltar a fase, ou cabe publicação da decisão, visando a convocação para apresentação de contrarrazões por parte da outra empresa classificada com a desclassificação da recorrente?

Atenciosamente,

  
JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO  
Prefeito Universitário/UFPB  
Mat. SIAPE: 2569256



EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

**1. DADOS DO PROCESSO:**

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_  
ASSUNTO: \_\_\_\_\_  
INTERESSADO: \_\_\_\_\_

**2. DISTRIBUIÇÃO:**

☒ AUTOMÁTICA (Sapiens) ☐ Por retorno: \_\_\_\_\_  
☐ Competência avocada pelo Procurador-Chefe ☐ Outro motivo: \_\_\_\_\_  
☐ Por prevenção: \_\_\_\_\_

**3. PRAZOS E OBSERVAÇÕES:**

Prazo: 15 dias  
Digitalizar e juntar no SAPIENS os documentos de fls.

**PROCESSO PRIORITÁRIO** (art. 69-A da lei 9.784/99):  
☒ NÃO  
☐ SIM (motivar):

**PROCESSO URGENTE:**  
☒ NÃO  
☐ SIM (motivar o prazo exíguo):

**PROCESSO RELEVANTE:**  
☒ NÃO  
☐ SIM (motivar):

**4. ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA DO PROCESSO:**

☐ Caio Eduardo de Miranda Cavalcanti ☐ Leonardo Tavares  
☐ Iago Moraes de Oliveira ☐ Monica da Silva Alencar  
☐ Ingrid Ribeiro ☐ Taciana Florentino de Lima

**5. DESPACHO DO PROCURADOR-CHEFE DA PF-UFPB:**

João Pessoa, 28 / 11 / 2017.

  
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR-CHEFE  
PROCURADORIA FEDERAL - UFPB



EM BRANCO

**Relatório de Operações do SAPIENS:**

16.

**As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 23074.079544/2017-92 para FLAVIO PEREIRA GOMES!

Tramitação criada com sucesso no NUP 23074.079544/2017-92!



EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO JOÃO  
PESSOA-PB. CEP: 58059-900

NOTA nº 1137/2017/PF-UFPB/PGF/AGU  
PROCESSO Nº 23074.079.544/2017-92  
INTERESSADA: PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO ADMINISTRATIVO.

Senhor Prefeito Universitário,

1. A Lei nº 10.520, de 2002, tem a seguinte previsão:

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido **o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XXI - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

(...)

Art. 9º. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. O Decreto nº 5.450, de 2005, prevê:

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido **o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



1xV.

§1º. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§2º. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§3º. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

3. Portanto, no procedimento licitatório realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, o prazo para interposição de recurso é o que consta do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520, de 2002, c/c, art. 26, *caput*, do Decreto nº 5.450, de 2005.

4. Assim sendo, na modalidade de licitação pregão não se aplica o prazo previsto no art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, uma vez que a legislação especial regula expressamente a matéria recursal.

5. Com efeito, o art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002, prevê a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 1993, para a modalidade de licitação pregão. Evidentemente, se a lei específica do pregão regula expressamente a matéria não há que se invocar dispositivos da lei geral sobre licitações e contratos.

6. De outra banda, a Lei Complementar nº 80, de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009, preceitua que:

Art. 44. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União:

**I – receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;**

(...)

**XI - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;**

(...)

7. Pois bem. A intervenção de Membro da Defensoria Pública da União no procedimento licitatório em epígrafe, evidentemente, não tem o condão de afastar a aplicação das disposições legais previstas na Lei nº 10.520, de 2002, e no Decreto nº 5.450, de 2005.

8. O que se deve fazer é harmonizar a legislação que disciplina o procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, com a lei orgânica da Defensoria Pública da União.

9. Dessa forma, no âmbito do procedimento licitatório, realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, quando houver atuação de Membro da Defensoria Pública da União na defesa de interesses de licitantes hipossuficientes, o prazo recursal previsto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520, de 2002, c/c, art. 26, *caput*, do Decreto nº 5.450, de 2005, deve ser contado em dobro, em obséquio ao mandamento contido no art. 44, inciso I, da Lei Complementar nº 80, de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009.

10. Isso posto, entendo que a atuação de Membro da Defensoria Pública da União na defesa de interesses de licitantes hipossuficientes não afasta nem mitiga a aplicação da legislação de regência, qual seja a Lei nº 10.520, de 2002, e o Decreto nº 5.450, de 2005.

11. Por outro lado, incumbe à Administração prestar obséquio às prerrogativas dos Membros da Defensoria Pública da União assentadas no art. 44 da Lei Complementar nº 80, de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009.

12. Em relação aos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Universitária, incumbe ao Prefeito Universitário, na qualidade de Gestor e Ordenador de Despesas da UASG 153066, realizar juízo de admissibilidade e julgar o mérito do recurso interposto no transcurso do certame.

13. Por fim, registro que o processo administrativo nº 23074.079.544/2017-92 foi distribuído para esse signatário em 28.11.2017 e está sendo devolvido à Secretaria da PF/UFPB em 29.11.2017.

14. Em obséquio à norma contida no art. 15 da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/GR/PF-UFPB, de 21.11.2013, publicada no Boletim de Serviço/UFPB de 15.12.2013, encaminho os presentes autos ao Procurador-Chefe da PF/UFPB para ciência e aprovação.

João Pessoa/PB, 29 de novembro de 2017.

FLÁVIO PEREIRA GOMES

Procurador Federal

OAB/PB nº 11.501/Mat. SIAPE nº 1.069.654

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074079544201792 e da chave de acesso 618b24f5

---

Documento assinado eletronicamente por FLAVIO PEREIRA GOMES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 92687424 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO PEREIRA GOMES. Data e Hora: 29-11-2017 17:46. Número de Série: 13209085. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ACESSORAMENTO JURÍDICO  
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO JOÃO  
PESSOA-PB. CEP: 58059-900

19.

19.

**DESPACHO n. 01108/2017/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU**

**NUP: 23074.079544/2017-92**

**INTERESSADOS: UFPB - PU COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ASSUNTOS: CONCESSÃO / PERMISSÃO / AUTORIZAÇÃO E OUTROS**

Fundado na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da PORTARIA/AGU/Nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, aprovo a Nota n.º 1137/2017/PF-UFPB/PGF/AGU.

Com os cumprimentos de estilo, devolvam-se os autos à origem.

João Pessoa, 30 de novembro de 2017.

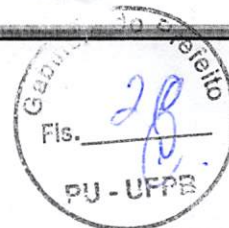
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA  
PROCURADOR FEDERAL  
PROCURADOR-CHEFE DA PF/UFPB

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074079544201792 e da chave de acesso 618b24f5



EM BRANCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU



PROCESSO 23074.079544/2017-92

JOÃO PESSOA (PB), 30 DE NOVEMBRO DE 2017

À: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PU

Prezado Senhor,

Encaminho o presente procedimento administrativo para que seja analisado a Nota Nº 1137/2017/PF-UFPB/PGF/AGU, aprovada pelo despacho 01108/2017/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU, caso seja preciso que seja adequado o despacho de (fls. 01 a 06) em função do pronunciamento da Procuradoria Jurídica.

Atenciosamente,



**João Marcelo Alves Macedo**  
Prefeito Universitário  
Mat. SIAPE: 25692565

EM BRANCO



Universidade Federal da Paraíba  
Prefeitura Universitária  
Comissão Permanente de Licitação



UFPB/PU/CPL/MEMO Nº 090/2017

João Pessoa, 1º de Dezembro de 2017.

DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AUGUSTO CESAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA  
AO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO  
JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

---

Assunto: Processo nº 23074.079544/2017-92

Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU nº 021/2017

---

Senhor Prefeito Universitário,

O presente Memorando trata do Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU nº 034/2017, que tem por objeto *a outorga a título precário de CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa, visando à instalação de LANCHONETES, REPROGRAFIAS e PAPELARIAS/LIVRARIAS, nas condições apresentadas nos Termos de Referência, nas dependências do Campus I da UFPB, com ÁREAS DE OCUPAÇÃO CONFORME DESCRITAS NA TABELA ABAIXO, devidamente descritos, caracterizados e especificados em Edital e todos os seus anexos*, cuja data de reabertura da próxima sessão pública será no dia 04/12/2017, às 15h:00min (horário de Brasília – DF).

Conforme despacho exarado por Vossa Senhoria às fls. 28, foi dada a incumbência a esta Comissão para que se analisasse a Nota nº 1137/2017-UFPB/PGF/AGU.

Pois bem, ao tomarmos tal providência, é necessária a observância das fls. 18 do supracitado processo administrativo, a saber, a incumbência do Prefeito



EM BRANCO

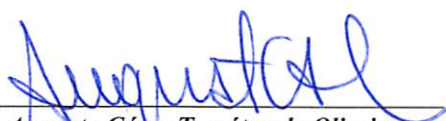


Universitário, na qualidade de Gestor e Ordenador de Despesas da UASG 153066, para realização de admissibilidade e julgamento do mérito do recurso interposto (fls 07 a 13) no transcurso do certame, prestando assim, a Administração, obséquio às prerrogativas dos Membros da Defensoria Pública da União, assentadas no art. 44 da Lei Complementar nº 80, de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009 (**itens 11 e 12** da Nota nº 1137/2017-UFPB/PGF/AGU).

Desta forma, submetemos à sua consideração.

Apresentamos nossos protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,

  
Augusto César Temóteo de Oliveira  
Coordenador (Pregoeiro) da CPL-PU  
Siape 1655398

EM BRANCO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA  
GABINETE DO PREFEITO



**Processo:** 23074.079544/2017-92

**INTERESSADO:** AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA

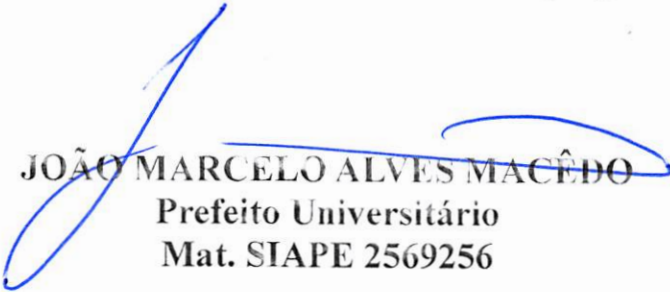
**ASSUNTO:** RESPOSTA CPL-PU SOBRE O RECURSO DPU (PE-021/2017)

**DESPACHO**

Acolho o pronunciamento do Pregoeiro AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA, manifestado nas fl 1-6, do presente processo, que desconhece e nega provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante JAQUELINE BENTO DA SILVA 04363040408, CNPJ 19.326.801/0001-70, referente ao PREGÃO SRP/UFPB/CPL-PU Nº 021/2017, com a manutenção dos termos expostos na decisão de desclassificação da Recorrente. Mantendo assim a decisão do Pregoeiro.

Tal decisão apoia-se na manifestação do pregoeiro combinada com o pronunciamento da Procuradoria Jurídica (fl 17v) a qual vincula a regência do certame a legislação aplicável, no caso em tela, Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.450/2005, no que se refere a desobediência a motivação e pronunciamento do licitante da intenção de recorrer da decisão do pregoeiro em desclassificá-la, e sua apresentação antecipada, antes da proclamação do resultado dos vencedores conforme preceitua a legislação.

João Pessoa (PB), 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO**  
Prefeito Universitário  
Mat. SIAPE 2569256



EM BRANCO

**Assunto:** Re: PAJ DPU nº 2017/034-01314

**De:** Prefeito Universitário <prefeito@prefeitura.ufpb.br>

**Data:** 06/02/2018 08:23

**Para:** CARTORIO3 DPU-Joao PESSOA-PB <cartorio3.dpu.pb@dpu.def.br>, Comissao Permanente de Licitacao <cplpu@prefeitura.ufpb.br>



Prezada Greicy Crispim  
Secretária - 3º Cartório  
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA PARAÍBA

Encaminhamos cópia integral do processo NUP 23074.079544/2017-92, que versa sobre o Recurso interposto por esta defensoria no âmbito do Pregão SRP UFPB / PU 021/2017 para CESSÃO DE USO DE LANCHONETES, REPROGRAFIAS E LIVRARIA NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS I DA UFPB - UNIDADE SEDE.

Atenciosamente,

Prof. João Marcelo Alves Macêdo  
Prefeito Universitário - UFPB  
(83) 98134-8191 (TIM - Whatsapp)  
(83) 3216-7168 / 3216-7614  
[www.prefeitura.ufpb.br](http://www.prefeitura.ufpb.br)  
<https://www.facebook.com/prefeitura.ufpb/>

Em 10/01/2018 11:59, CARTORIO3 DPU-Joao PESSOA-PB escreveu:

Bom dia professor João Marcelo.

Até a presente data ainda estamos esperando a resposta dessa instituição sobre o recurso administrativo enviado por e-mail em 08/10/2017 a Comissão Permanente de Licitação.

Greicy Crispim  
Secretária - 3º Cartório  
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA PARAÍBA  
Rua Professor José Coelho, 25 - Centro - João Pessoa/PB - CEP: 58.013-040.  
Telefones: (83) 3133-1400 - FAX: (83) 3133-1401 E-mail:  
[cartorio3.dpu.pb@dpu.def.br](mailto:cartorio3.dpu.pb@dpu.def.br)

---

De: CARTORIO3 DPU-Joao PESSOA-PB  
Enviado: sexta-feira, 1 de dezembro de 2017 10:46  
Para: Prefeito Universitário  
Assunto: Re: PAJ DPU nº 2017/034-01314

Bom dia professor João Marcelo.

Estamos esperando a resposta do recurso administrativo enviado por e-mail em 08/10/2017 a Comissão Permanente de Licitação, mas até o momento não tivemos

EM BRANCO

nenhum retorno. Na oportunidade, de ordem do Dr. Francisco Eduardo Falconi de Andrade solicito informações sobre o andamento desse recurso enviado. Em anexo segue a cópia do recurso.



Greicy Crispim  
Secretária - 3º Cartório  
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA PARAIBA  
Rua Professor José Coelho, 25 - Centro - João Pessoa/PB - CEP: 58.013-040.  
Telefones: (83) 3133-1400 - FAX: (83) 3133-1401 E-mail:  
[cartorio3.dpu.pb@dpu.def.br](mailto:cartorio3.dpu.pb@dpu.def.br)

---

De: Prefeito Universitário <[prefeito@prefeitura.ufpb.br](mailto:prefeito@prefeitura.ufpb.br)>  
Enviado: segunda-feira, 27 de novembro de 2017 14:07  
Para: CARTORIO3 DPU-Joao PESSOA-PB  
Assunto: PAJ DPU nº 2017/034-01314

Prezados,

Solicitamos informações sobre o andamento, haja vista, o período de tempo do envio das informações requisitadas.

--

Prof. João Marcelo Alves Macêdo  
Prefeito Universitário - UFPB  
(83) 98134-8191 (TIM - Whatsapp)  
(83) 3216-7168 / 3216-7614  
[www.prefeitura.ufpb.br](http://www.prefeitura.ufpb.br)  
<https://www.facebook.com/prefeitura.ufpb/>

---

(PT) Esta mensagem da Defensoria Pública da União pode conter informação confidencial ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. Se Vossa Senhoria não for o destinatário, ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não deverá usar, copiar ou divulgar as informações nela contida, ou tomar qualquer ação baseada em seu conteúdo. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo ao email e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

(EN) This message from the Federal Office of Public Defense, may contain confidential or privileged information, and its confidentiality is protected by law. If you are not the addressee or the authorized person to receive this message, you must not use it, copy it, disclose it or take any action based on it or any information herein. If you have received this message by mistake, please advise the sender immediately by replying the e-mail and then deleting it. Thank you for your cooperation.

--

EM BRANCO



Prof. João Marcelo Alves Macêdo  
Prefeito Universitário - UFPB  
(83) 98134-8191 (TIM - Whatsapp)  
(83) 3216-7168 / 3216-7614

[www.prefeitura.ufpb.br](http://www.prefeitura.ufpb.br)

<https://www.facebook.com/prefeitura.ufpb/>



Anexos:

Processo 23074.079544\_2017-92.pdf

2,6MB

EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Gabinete do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO  
DOCUMENTO 23074.079544 / 2017 - 92

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2018

Ao Eng.

AUGUSTO CESAR TEMOTEO DE OLIVEIRA

Coordenador da CPL / PU / UFPB

Prezado Coordenador,

Encaminho o presente processo com a decisão sobre o recurso interposto mediante PAJ DPU nº 2017/034-01314 com a manutenção da decisão do pregoeiro, comunicada ao Defensor Público Federal, conforme cópia da mensagem por correio eletrônico anexa.

Atenciosamente,

  
JOÃO MARCELO ALVES MACEDO  
Prefeito Universitário/UFPB  
Mat. SIAPE: 2569256



EM BRANCO